

SUMÁRIO

PARTE I | ORIENTAÇÕES EXTRAJUDICIAIS

1	RELAÇÃO ADVOGADO-CLIENTE E A RELAÇÃO CONTRATUAL....	3
1.1	O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA.....	3
1.2	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	3
1.3	AS INFORMAÇÕES E OS DOCUMENTOS A SEREM FORNECIDOS PELO CLIENTE	5
1.3.1	Modelo de ficha de cliente	5
1.4	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9
1.4.1	Modelo de contrato de prestação de serviços.....	9
1.4.2	Modelo de termo de distrato contratual	11
1.5	INSTRUMENTO DE MANDATO	12
1.5.1	Modelo de procuração	15
1.5.2	Modelo de substabelecimento	15
1.5.3	Modelo de termo de renúncia	16
1.6	A REPRESENTAÇÃO DO EMPREGADOR EM AUDIÊNCIA E A CARTA DE PREPOSIÇÃO.....	16
1.6.1	Modelo de carta de preposição	17
1.7	OUTROS DOCUMENTOS.....	17
1.7.1	Modelo de declaração de pobreza.....	17
1.7.2	Modelo de carta ao cliente	18
1.7.3	Modelo de carta-convite à testemunha	18
1.8	CONTROLE FINANCEIRO	18
1.8.1	Modelo de recibo de pagamento.....	19
1.9	PARECER JURÍDICO	19
1.9.1	Modelo de um parecer jurídico.....	20
1.10	SUSTENTAÇÃO ORAL.....	22

PARTE II | PROCESSO TRABALHISTA

2 RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	27
2.1 FUNDAMENTO JURÍDICO	27
2.2 RECLAMAÇÃO TRABALHISTA E PROCEDIMENTOS	27
2.3 REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL NO PROCESSO CIVIL.....	28
2.4 REQUISITOS DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA NO PROCESSO DO TRABALHO	28
2.4.1 Requisitos externos	28
2.4.2 Requisitos internos.....	29
2.4.2.1 Designação da autoridade judicial a quem é dirigida.....	30
2.4.2.2 Qualificação das partes	30
2.4.2.3 Causa de pedir: exposição dos fatos e fundamentos	31
2.4.2.4 Tutela provisória.....	32
2.4.2.5 O pedido	33
2.4.2.5.1 Requisitos do pedido.....	36
2.4.2.5.2 Pedidos determinados e genéricos.....	36
2.4.2.5.3 Pedido fixo	37
2.4.2.5.4 Pedido alternativo	37
2.4.2.5.5 Pedidos sucessivos ou subsidiários	37
2.4.2.5.6 Pedido único e pedidos cumulados.....	37
2.4.2.5.7 Pedido de prestações sucessivas	38
2.4.2.5.8 Pedido com cominação.....	38
2.4.2.6 Requerimentos na reclamação trabalhista	39
2.4.2.6.1 Opção do autor por audiência de conciliação ou de mediação	39
2.4.2.6.2 Citação	39
2.4.2.6.3 Assistência judiciária gratuita	40
2.4.2.6.4 Intervenção do Ministério Público do Trabalho ...	41
2.4.2.6.5 Provas	42
2.4.2.6.6 Despesas processuais	42
2.4.2.6.7 Honorários advocatícios	42
2.4.2.7 Valor da causa no processo trabalhista.....	45
2.4.2.8 Elaboração de cálculos em reclamação trabalhista e o PJe-calc.....	45
2.4.2.9 Assinatura do autor ou de seu representante.....	46
2.5 DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	46
2.6 PETIÇÃO INICIAL E O PROCESSO ELETRÔNICO	46
2.7 EMENDAS À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	48

2.8	ADITAMENTO À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.....	49
2.9	PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIO PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXRAJUDICIAL.....	49
2.10	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	51
2.11	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	53
2.12	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	56
2.13	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA COM TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA	59
2.14	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXRAJUDICIAL.....	62
2.15	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA COM TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR.....	64
2.16	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA COM PEDIDO DE DES- CONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	68
3	TUTELA PROVISÓRIA.....	73
3.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	73
3.2	APLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO.....	73
3.3	TUTELA PROVISÓRIA E SUAS ESPÉCIES	74
3.4	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	74
3.5	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA	75
3.5.1	Tutela de urgência de natureza cautelar	75
3.5.1.1	Tutela cautelar e sua finalidade	75
3.5.1.2	Tutela cautelar e medida liminar	76
3.5.1.3	Objeto da tutela provisória de natureza cautelar	76
3.5.1.3.1	Modelo de requerimento de tutela provisória em caráter incidental – modelo genérico.....	76
3.5.1.3.2	Arresto.....	78
3.5.1.3.3	Sequestro.....	80
3.5.1.3.4	Busca e apreensão	81
3.5.1.3.5	Exibição.....	84
3.5.1.3.6	Produção antecipada de provas.....	85
3.6	TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA.....	92
3.7	REQUISITOS LEGAIS.....	92
3.8	DANO PROCESSUAL E PREJUÍZO SOFRIDO.....	93
3.9	TUTELA DE EVIDÊNCIA	93
3.10	PROCEDIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	94

3.10.1	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	94
3.10.2	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.	95
3.11	CUSTAS PROCESSUAIS.....	96
3.12	RECURSO CONTRA A DECISÃO DE TUTELA PROVISÓRIA	96
3.13	MODELO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	97
3.14	MODELO DE ADITAMENTO (RECLAMAÇÃO TRABALHISTA) À TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA (DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA EM CARÁTER ANTECEDENTE)	99
3.15	MODELO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA – TÓPICO ESPECÍFICO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.....	103
4	RESPOSTA DA RECLAMADA: CONTESTAÇÃO	105
4.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	105
4.2	RESPOSTA DA RECLAMADA: ESPÉCIES E APRESENTAÇÃO	105
4.2.1	Citação e resposta no processo eletrônico (PJe)	107
4.2.2	Resposta, revelia e confissão quanto à matéria de fato	109
4.3	DAS PARTES	111
4.4	CONTESTAÇÃO.....	111
4.4.1	Conteúdo necessário da contestação	111
4.4.2	Preliminares processuais	112
4.4.2.1	Inexistência ou nulidade de citação.....	112
4.4.2.2	Incompetência absoluta e relativa	114
4.4.2.3	Incorreção do valor da causa.....	115
4.4.2.4	Inépcia da petição inicial.....	115
4.4.2.5	Extrínsecos à relação processual	116
4.4.2.6	Relativos às partes: incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	116
4.4.2.7	Convenção de arbitragem.....	117
4.4.2.8	Condições da ação	117
4.4.2.9	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça	118
4.4.3	Prejudiciais de mérito.....	118
4.4.4	Defesa de mérito	119
4.4.5	Elaboração de cálculos em contestação e o PJe-calc.....	121
4.4.6	Documentos que acompanham a resposta da reclamada	121
4.5	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	121
4.6	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	125
4.7	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	129

5	RESPOSTA DA RECLAMADA: PRELIMINARES E TEMAS ESPECÍFICOS.....	135
5.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	135
5.2	RESPOSTA DA RECLAMADA: ESPÉCIES E APRESENTAÇÃO	136
5.3	PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL (<i>RATIONE LOCI</i>)	137
5.3.1	Critérios de fixação da competência territorial.....	137
5.4	PRELIMINAR E IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	138
5.4.1	Assistência jurídica integral e gratuita	139
5.4.2	Concessão do benefício da assistência jurídica integral e gratuita...	139
5.4.3	Procedimento do pedido, da preliminar e da impugnação ao pedido de assistência jurídica integral e gratuita.....	140
5.5	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO	141
5.5.1	Imparcialidade do juiz.....	141
5.5.2	Procedimento da exceção de impedimento ou suspeição do juiz	143
5.5.3	Impedimento e suspeição de outras pessoas.....	144
5.6	RECONVENÇÃO	145
5.6.1	Reconvenção e o processo do trabalho.....	145
5.6.2	Admissibilidade e procedimento	145
5.6.3	Revelia e a reconvenção	146
5.6.4	Reconvenção e compensação	147
5.6.5	Reconvenção e o litisconsórcio.....	147
5.6.6	Reconvenção e o processo de execução.....	147
5.7	MODELO DE PRELIMINAR DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LOCAL.....	148
5.8	MODELO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	149
5.9	MODELO DE PETIÇÃO DE EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO	150
5.10	MODELO DE PETIÇÃO DE RECONVENÇÃO (PARTE DA CONTESAÇÃO)	151
6	QUESTÕES PROCESSUAIS NA FASE DE CONHECIMENTO	153
6.1	PROTESTO “NÃO PRECLUSIVO”.....	153
6.1.1	Modelo de protesto escrito.....	155
6.2	O COMPARECIMENTO DAS TESTEMUNHAS NO PROCESSO TRABALHISTA.....	156
6.2.1	Modelo de petição de rol de testemunhas	158
6.3	RÉPLICA.....	159
6.3.1	Modelo de petição de réplica.....	160

6.4	A PROVA PERICIAL E OS QUESITOS.....	161
6.4.1	Conceito	161
6.4.2	Admissibilidade da prova pericial.....	161
6.4.3	Procedimento da perícia, do assistente técnico e dos quesitos.....	162
6.4.4	Modelo de petição de indicação de assistente técnico e quesitos....	163
6.5	ALEGAÇÕES FINAIS.....	164
6.5.1	Modelo de petição de razões finais escritas.....	165
6.6	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	167
6.6.1	Conceito de terceiro.....	167
6.6.2	Tipos de intervenção de terceiro.....	170
6.6.2.1	Assistência.....	170
6.6.2.1.1	Assistência simples.....	170
6.6.2.1.2	Assistência litisconsorcial.....	173
6.6.2.2	Oposição	175
6.6.2.2.1	Petição do opONENTE	178
6.6.2.2.2	Modelo de oposição	178
6.6.2.3	Nomeação à autoria.....	181
6.6.2.3.1	Preliminar de ilegitimidade passiva.....	184
6.6.2.3.2	Modelo de contestação, com preliminar de ilegitimidade passiva e a indicação do sujeito passivo da relação jurídica discutida.....	185
6.6.2.4	Denunciaçāo à lide	186
6.6.2.4.1	Conceito.....	186
6.6.2.4.2	Hipóteses legais	187
6.6.2.4.3	Procedimento	187
6.6.2.4.4	O cabimento da denunciaçāo da lide no processo do trabalho	188
6.6.2.4.5	Petição da denunciaçāo à lide	188
6.6.2.4.6	Modelo de denunciaçāo da lide	188
6.6.2.4.7	<i>Factum principis</i> e a denunciaçāo à lide.....	191
6.6.2.5	Chamamento ao processo.....	193
6.6.2.5.1	Petição do chamamento ao processo	195
6.6.2.5.2	Modelo de chamamento ao processo.....	195
6.6.2.6	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica...	197
6.6.2.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica	197
6.6.2.6.2	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicação ao processo do trabalho	199

6.6.2.6.3	Modelo de incidente de desconsideração da personalidade jurídica	201
6.6.2.7	Intervenção do <i>amicus curiae</i>	203
6.6.2.7.1	Modelo de intervenção na qualidade de <i>amicus curiae</i>	204
6.7	CARTAS PRECATÓRIAS E ROGATÓRIAS.....	205
6.7.1	Forma dos atos de comunicação.....	205
6.7.2	Requisitos das cartas.....	205
6.7.3	Cumprimento das cartas.....	206
6.7.4	Cartas urgentes	206
6.7.5	Cooperação internacional e as cartas rogatórias.....	207
6.7.5.1	Cooperação internacional no CPC	207
6.7.5.2	Cartas rogatórias.....	208
6.7.5.3	Procedimento	209
7	EMBARGOS DECLARATÓRIOS	211
7.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	211
7.2	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	211
7.3	CABIMENTO	212
7.4	EFETIVO CONTRADITÓRIO	215
7.5	JULGAMENTO	216
7.6	EFEITO MODIFICATIVO OU EFEITO INFRINGENTE.....	216
7.7	EMBARGOS DECLARATÓRIOS PREQUESTIONATÓRIOS	217
7.8	A DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	219
7.9	PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ NA APRECIAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	219
7.10	PRAZO RECURSAL.....	220
7.11	EMBARGOS PROTELATÓRIOS.....	220
7.12	PROCESSAMENTO	221
7.13	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR CONTRADIÇÃO E POR OMISSÃO (FATO SUPERVENIENTE).....	222
7.14	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR OMISSÃO (COM EFEITO MODIFICATIVO)	224
7.15	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS PREQUESTIONATÓRIOS.....	226
7.16	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR OBSCURIDADE ...	228
7.17	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM EFEITO MODIFICATIVO EM RELAÇÃO AOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL	229

8 RECURSO ORDINÁRIO	231
8.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	231
8.2 CABIMENTO	231
8.3 OBJETO	232
8.3.1 Elaboração de cálculos em recurso ordinário e o PJe-calc	233
8.4 RECURSO ORDINÁRIO CONTRA SENTENÇA PARCIAL DE MÉRITO	233
8.5 RECURSO ORDINÁRIO NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	234
8.6 RECURSO ORDINÁRIO DA UNIÃO. A DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO E A SENTENÇA TRABALHISTA. OS RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DO IMPOSTO DE RENDA.....	234
8.7 RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	237
8.8 PRAZO RECURSAL.....	239
8.9 PREPARO RECURSAL.....	239
8.9.1 Recolhimento das custas processuais	241
8.9.1.1 Custas processuais em caso de inversão de sucumbência.	243
8.9.1.2 Modelo de Guia de Recolhimento da União (GRU Judicial)	243
8.9.2 Garantia recursal e o depósito recursal	244
8.9.2.1 Modelo de Guia de Recolhimento	247
8.9.2.2 Requisitos – seguro garantia judicial e carta de fiança	248
8.9.3 Substituição do depósito recursal por outra forma de garantia.....	250
8.9.4 Multas processuais e o preparo recursal.....	250
8.10 EFEITOS	251
8.10.1 Modelo de pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário	252
8.11 PROCEDIMENTO.....	255
8.12 ESTRUTURA	256
8.13 CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO	257
8.14 SUSTENTAÇÃO ORAL.....	257
8.15 MODELO DE RECURSO ORDINÁRIO	257
8.16 MODELO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO (OU CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO).....	260
8.17 MODELO DE RECURSO ORDINÁRIO DA TESTEMUNHA POR MULTA APLICADA.....	263
9 AGRAVO DE INSTRUMENTO	269
9.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	269
9.2 CABIMENTO	269
9.2.1 Agravo de instrumento contra decisão que admite apenas parcialmente o recurso de revista	270

9.3	PRAZO RECURSAL.....	271
9.4	PREPARO RECURSAL.....	271
9.4.1	Custas processuais.....	271
9.4.2	Garantia recursal e o depósito recursal	271
9.5	FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	272
9.6	EFEITOS	274
9.7	PROCESSAMENTO	274
9.8	ESTRUTURA	276
9.9	CONTRAMINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO	276
9.10	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO	276
9.11	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE INSTRUMENTO	278
10	AGRAVO INTERNO.....	281
10.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	281
10.2	HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	281
10.3	PREPARO	284
10.4	PROCESSAMENTO	284
10.5	AGRAVO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU INFUNDADO.....	284
10.6	ESTRUTURA	284
10.7	CONTRAMINUTA AO AGRAVO.....	285
10.8	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO (ART. 896, §§ 12 E 14, CLT).....	285
10.9	MODELO DE AGRAVO INTERNO	287
11	AGRAVO DE PETIÇÃO	291
11.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	291
11.2	CABIMENTO	291
11.3	OBJETO DO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	293
11.4	O AGRAVO DE PETIÇÃO E A EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	294
11.5	PRAZO RECURSAL.....	295
11.6	PREPARO RECURSAL.....	295
11.6.1	Custas processuais	295
11.6.2	Depósito recursal.....	295
11.7	EFEITOS	296
11.8	PROCEDIMENTO.....	297
11.9	ESTRUTURA	297
11.10	CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	298
11.11	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO DE PETIÇÃO.....	298

11.12 MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	303
12 RECURSO DE REVISTA.....	307
12.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	307
12.2 CABIMENTO	307
12.2.1 Divergência jurisprudencial (art. 896, alínea <i>a</i>).....	308
12.2.2 Divergência jurisprudencial (art. 896, alínea <i>b</i>).....	312
12.2.3 Violação literal de dispositivo de lei federal ou afronta direta e literal da Constituição Federal (art. 896, alínea <i>c</i>)	313
12.2.4 Recurso de revista em procedimento sumaríssimo	314
12.2.5 Recurso de revista em execução trabalhista.....	314
12.2.6 Recurso de revista nas execuções fiscais e nas controvérsias que envolvam a CNDT	315
12.2.7 Recurso de revista em agravo de instrumento.....	315
12.2.8 Recurso de revista em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	315
12.3 NOÇÕES SOBRE A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	316
12.4 PREQUESTIONAMENTO	319
12.5 TRANSCENDÊNCIA	322
12.6 RECURSOS DE REVISTA (E DE EMBARGOS NO TST) REPETITIVOS	325
12.6.1 Seleção dos múltiplos recursos com idêntica questão de direito.....	326
12.6.2 Órgão julgador.....	326
12.6.3 Procedimento do incidente de recursos repetitivos.....	326
12.6.4 Incidente de não afetação do recurso e prosseguimento da ação	329
12.6.5 Acórdão paradigma.....	330
12.7 PRAZO RECORSAL.....	333
12.8 PREPARO RECORSAL.....	333
12.8.1 Recolhimento das custas processuais	335
12.8.1.1 Modelo de Guia de Recolhimento da União (GRU Judicial)	337
12.8.2 Garantia recursal e o depósito recursal	337
12.8.2.1 Modelo de Guia de Recolhimento	340
12.8.2.2 Requisitos – seguro garantia judicial e carta de fiança	341
12.8.3 Substituição do depósito recursal por outra forma de garantia.....	343
12.8.4 Multas processuais e o preparo recursal.....	343
12.9 EFEITOS	344
12.10 PROCEDIMENTO	344
12.11 ESTRUTURA.....	348

12.12 CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE REVISTA	349
12.13 MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO DE REVISTA	349
12.14 MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE REVISTA.....	352
12.15 MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO DE REVISTA EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	356
12.16 MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES EM RECURSO DE REVISTA EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	359
13 EMBARGOS NO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	361
13.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	361
13.2 CABIMENTO	361
13.2.1 Embargos de divergência	362
13.2.2 Embargos infringentes.....	365
13.3 PRAZO RECORSAL.....	366
13.4 PREPARO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	366
13.5 EFEITOS DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	366
13.6 PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	366
13.7 ESTRUTURA DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	368
13.8 CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	368
13.9 EMBARGOS NO TST (E RECURSOS DE REVISTA) REPETITIVOS	368
13.10 MODELO DE PETIÇÃO DE EMBARGOS POR DIVERGÊNCIA	369
13.11 MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	371
14 RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	375
14.1 FUNDAMENTO JURÍDICO	375
14.2 HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	375
14.2.1 Contrariar dispositivo da Constituição Federal.....	377
14.2.2 Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	378
14.2.3 Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição ou de lei federal.....	378
14.3 O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E A REPERCUSSÃO GERAL	378
14.4 RECURSO EXTRAORDINÁRIO E O PROCESSO DO TRABALHO.....	379
14.5 RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS REPETITIVOS.....	381
14.6 DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL	382
14.7 PRAZO RECORSAL.....	382
14.8 PREPARO RECORSAL.....	382
14.9 EFEITOS	383
14.10 PROCEDIMENTO.....	384

14.10.1 Admissibilidade pelo tribunal <i>a quo</i>	384
14.10.2 Admissibilidade pelo tribunal <i>ad quem</i>	385
14.11 ESTRUTURA	386
14.12 CONTRARRAZÕES	386
14.13 MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO	387
14.14 MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	389
15 CORREIÇÃO PARCIAL.....	393
15.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	393
15.2 CABIMENTO	393
15.3 PRAZO RECORSAL.....	395
15.4 PREPARO	395
15.5 EFEITOS	396
15.6 PROCEDIMENTO.....	396
15.7 ESTRUTURA	397
15.8 MODELO DE PETIÇÃO DE CORREIÇÃO PARCIAL	397
16 PEDIDO DE REVISÃO	401
16.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	401
16.2 CABIMENTO	401
16.3 ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS NO PEDIDO DE REVISÃO E O PJE-CALC	402
16.4 PRAZO RECORSAL.....	403
16.5 PREPARO RECORSAL.....	403
16.6 EFEITOS	403
16.7 PROCEDIMENTO.....	403
16.8 ESTRUTURA	403
16.9 CONTRARRAZÕES	404
16.10 MODELO DE PETIÇÃO DE PEDIDO DE REVISÃO	404
17 RECURSO ADESIVO	407
17.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	407
17.2 CABIMENTO	407
17.3 OBJETO	408
17.4 PRAZO RECORSAL.....	409
17.5 PREPARO RECORSAL.....	409
17.6 EFEITOS	409
17.7 PROCEDIMENTO.....	409
17.8 ESTRUTURA	409

17.9 CONTRARRAZÕES	409
17.10 MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO.....	410
18 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	413
18.1 CONCEITO DE LIQUIDAÇÃO E A SUA NATUREZA JURÍDICA.....	413
18.2 REGRAS GERAIS QUANTO À LIQUIDAÇÃO TRABALHISTA	413
18.3 LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULOS	415
18.3.1 Sistema de cálculos trabalhistas – Pje-Calc	417
18.3.2 Modelo de petição de apresentação de cálculos de liquidação.....	417
18.4 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO.....	418
18.4.1 Modelo de petição de liquidação por arbitramento.....	419
18.5 LIQUIDAÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM (“POR ARTIGOS DE LIQUIDAÇÃO”)	419
18.5.1 Modelo de petição de liquidação por artigos de liquidação.....	421
18.6 LIQUIDAÇÃO MISTA.....	423
18.7 LIQUIDAÇÕES AUTÔNOMAS	423
18.8 LIQUIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	423
19 EMBARGOS DO DEVEDOR E IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO	425
19.1 EMBARGOS DO DEVEDOR.....	425
19.1.1 Fundamento jurídico	425
19.1.2 Cabimento.....	425
19.1.3 Objeto	428
19.1.4 Legitimação.....	433
19.1.5 Competência.....	435
19.1.6 Prazo	435
19.1.7 Garantia do juízo.....	436
19.1.8 Custas processuais	437
19.1.9 Efeitos dos embargos à execução	437
19.1.10 Procedimento	438
19.1.11 Estrutura.....	440
19.1.12 Resposta do embargado	440
19.1.13 Modelo de embargos à execução	441
19.2 IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO	443
19.2.1 Fundamento jurídico	443
19.2.2 Cabimento.....	443
19.2.3 Objeto	444
19.2.4 Prazo	444
19.2.5 Custas processuais	445

19.2.6	Efeitos	445
19.2.7	Procedimento	445
19.2.8	Estrutura.....	446
19.2.9	Manifestação da parte contrária	446
19.2.10	Modelo de impugnação à sentença de liquidação	446
20	EXPROPRIAÇÃO TRABALHISTA E A IMPUGNAÇÃO À ARREMATAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO	449
20.1	EXPROPRIAÇÃO.....	449
20.1.1	Arrematação	449
20.1.1.1	Edital.....	449
20.1.1.2	Praça e leilão	451
20.1.1.3	Credor hipotecário.....	451
20.1.1.4	Aspectos procedimentais da arrematação.....	452
20.1.1.5	Lanço vil na arrematação trabalhista	453
20.1.1.6	Auto de arrematação	454
20.1.1.7	Desfazimento da arrematação.....	454
20.1.1.8	Carta de arrematação	455
20.1.1.9	Consequências da arrematação.....	455
20.1.2	Adjudicação	455
20.1.2.1	Legitimação para a adjudicação	456
20.1.2.2	Procedimento	457
20.1.3	Alienação por iniciativa particular ou em leilão judicial	457
20.1.4	Remição.....	458
20.2	IMPUGNAÇÃO À ARREMATAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO	459
20.2.1	Fundamento jurídico	459
20.2.2	Cabimento.....	459
20.2.3	Custas processuais.....	460
20.2.4	Procedimento	460
20.2.5	Estrutura.....	460
20.2.6	Contraminuta	460
20.3	MODELO DE IMPUGNAÇÃO À ARREMATAÇÃO.....	461
21	EMBARGOS DE TERCEIRO.....	463
21.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	463
21.2	CABIMENTO	463
21.3	OBJETO	464
21.4	LEGITIMIDADE.....	464
21.5	COMPETÊNCIA	466

21.6 PRAZO	466
21.7 CUSTAS PROCESSUAIS.....	467
21.8 EFEITOS	467
21.9 PROCEDIMENTO.....	467
21.10 ESTRUTURA	467
21.11 RESPOSTA.....	468
21.12 RECURSO.....	468
21.13 MODELO DE EMBARGOS DE TERCEIRO.....	469
22 EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	471
22.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	471
22.2 CABIMENTO	471
22.3 PRAZO	472
22.4 CUSTAS PROCESSUAIS.....	472
22.5 PROCEDIMENTO.....	472
22.6 ESTRUTURA	473
22.7 CONTRAMINUTA.....	473
22.8 MODELO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	473

PARTE III | AÇÕES CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO

23 MANDADO DE SEGURANÇA	479
23.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	479
23.2 CABIMENTO E ATOS ATACÁVEIS	479
23.3 LEGITIMIDADE ATIVA.....	484
23.3.1 <i>Writ</i> individual.....	484
23.3.1.1 Capacidade postulatória	485
23.3.2 <i>Writ</i> coletivo	485
23.4 LEGITIMIDADE PASSIVA.....	485
23.5 LITISCONSÓRCIO.....	488
23.6 COMPETÊNCIA	488
23.7 PRAZO PARA AJUIZAMENTO	489
23.8 MEDIDA LIMINAR	490
23.9 RECURSOS CONTRA A DECISÃO LIMINAR	491
23.9.1 Agravo de instrumento	491
23.9.2 Pedido de suspensão dos efeitos da liminar	492
23.10 DECISÃO.....	493
23.11 RECURSOS CONTRA SENTENÇA.....	494

23.12 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	496
23.13 PROCESSAMENTO	496
23.14 MODELO DE MANDADO DE SEGURANÇA.....	498
24 HABEAS CORPUS.....	501
24.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	501
24.2 ASPECTOS DO <i>HABEAS CORPUS</i>	501
24.3 CABIMENTO	502
24.4 OBJETO	505
24.5 COMPETÊNCIA FUNCIONAL	505
24.6 LEGITIMIDADE ATIVA.....	506
24.7 LEGITIMIDADE PASSIVA.....	506
24.8 PEDIDO LIMINAR.....	506
24.9 CUSTAS PROCESSUAIS.....	506
24.10 RECURSOS.....	507
24.11 NOMEAÇÃO DO DEPOSITÁRIO	507
24.12 MODELO DE <i>HABEAS CORPUS</i>	509
24.13 MODELO DE <i>HABEAS CORPUS</i>	511
25 HABEAS DATA.....	515
25.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	515
25.2 CABIMENTO	515
25.3 O <i>HABEAS DATA</i> E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO..	516
25.4 SUJEITO PASSIVO.....	518
25.5 CUSTAS PROCESSUAIS.....	520
25.6 PROCEDIMENTO.....	520
25.7 ESTRUTURA	521
25.8 MODELO DE <i>HABEAS DATA</i>	522
26 DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO	525
26.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	525
26.2 CONCEITO E ESPÉCIES	525
26.2.1 Dissídio de greve.....	526
26.3 COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	527
26.4 PRAZO PARA INSTAURAÇÃO DO DISSÍDIO	528
26.5 CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	529
26.5.1 Legitimidade.....	529
26.5.1.1 Deliberação da assembleia.....	531
26.5.2 Interesse de agir.....	532

26.5.2.1	Negociação prévia frustrada.....	533
26.5.3	Possibilidade jurídica do pedido	534
26.5.4	Ajuizamento de “comum acordo”.....	535
26.6	PROCEDIMENTO.....	537
26.6.1	Instauração do dissídio coletivo	537
26.6.1.1	Dissídio de extensão.....	538
26.6.1.2	Dissídio de revisão.....	539
26.6.2	Pedido de instauração	540
26.6.2.1	Custas processuais.....	543
26.6.2.2	Depósito recursal.....	543
26.6.3	Audiência	543
26.6.4	Resposta	545
26.6.4.1	Contestação	546
26.6.4.2	Reconvenção.....	547
26.6.4.3	Exceção.....	548
26.6.5	Diligências necessárias.....	548
26.6.6	Sentença normativa.....	549
26.6.6.1	A coisa julgada da sentença normativa	552
26.6.7	Recursos cabíveis.....	553
26.6.7.1	Efeito suspensivo do recurso ordinário	554
26.7	MODELO DE DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA....	554
26.8	MODELO DE DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE	559

PARTE IV | AÇÕES DE PROCEDIMENTO ESPECIAL NO PROCESSO DO TRABALHO

27	INQUÉRITO DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	565
27.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	565
27.2	CABIMENTO	565
27.3	PRAZO	566
27.4	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	566
27.5	PROCEDIMENTO.....	567
27.6	ESTRUTURA	567
27.7	MODELO DE INQUÉRITO DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	568
28	AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	571
28.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	571
28.2	CABIMENTO	571

28.3	NATUREZA JURÍDICA	572
28.4	COMPETÊNCIA	572
28.5	LEGITIMIDADE	572
28.6	AJUIZAMENTO	572
28.7	PRAZO PRESCRICIONAL	573
28.8	EFEITOS DA ALTERAÇÃO DA SENTENÇA NORMATIVA NA AÇÃO DE CUMPRIMENTO	573
28.9	ESTRUTURA	574
28.10	MODELO DE AÇÃO DE CUMPRIMENTO	574
29	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO.....	577
29.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	577
29.2	CABIMENTO	577
29.3	CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL	579
29.4	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	579
29.5	PROCEDIMENTO.....	579
29.6	ESTRUTURA	581
29.7	MODELO DE AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	581
30	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	583
30.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	583
30.2	CABIMENTO	583
30.3	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	583
30.4	PROCEDIMENTO.....	584
30.5	ESTRUTURA	584
30.6	MODELO DE AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	585
31	AÇÃO REVISIONAL.....	587
31.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	587
31.2	CABIMENTO	587
31.3	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	589
31.4	PROCEDIMENTO.....	589
31.5	ESTRUTURA	590
31.6	MODELO DE AÇÃO REVISIONAL.....	590
32	HABILITAÇÃO INCIDENTAL.....	593
32.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	593
32.2	CABIMENTO	593
32.3	COMPETÊNCIA	594
32.4	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	594

32.5 PROCEDIMENTO.....	594
32.6 ESTRUTURA	595
32.7 MODELO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO INCIDENTAL.....	595
33 AÇÃO RESCISÓRIA.....	597
33.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	597
33.2 ASPECTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	597
33.3 CABIMENTO	600
33.3.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	600
33.3.2 Impedimento ou incompetência absoluta do juiz.....	600
33.3.3 Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.....	601
33.3.4 Ofensa à coisa julgada.....	603
33.3.5 Violar manifestamente norma jurídica.....	604
33.3.6 Falsidade da prova	609
33.3.7 Prova nova.....	609
33.3.8 Erro de fato verificável do exame dos autos.....	610
33.3.9 Confissão, desistência ou transação.....	610
33.4 PRAZO DE AJUIZAMENTO	611
33.5 LEGITIMIDADE.....	613
33.6 COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	614
33.7 NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO	615
33.8 VALOR DA CAUSA.....	615
33.9 CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	615
33.10 DEPÓSITO PRÉVIO	615
33.10.1 Modelo de guia de depósito prévio	616
33.11 PROCEDIMENTO.....	616
33.12 ESTRUTURA	618
33.12.1 Tutela provisória na ação rescisória.....	619
33.12.2 Os pedidos da ação rescisória.....	619
33.13 MODELO DE AÇÃO RESCISÓRIA.....	620
34 AÇÃO ANULATÓRIA.....	625
34.1 FUNDAMENTO JURÍDICO.....	625
34.2 CABIMENTO	625
34.3 AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO OU ATO JUDICIAL.....	626
34.4 AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULA CONVENCIONAL.....	626
34.5 AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL.....	627

34.6 PRAZO	627
34.7 LEGITIMIDADE ATIVA.....	627
34.8 COMPETÊNCIA	629
34.9 DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	629
34.10 PROCEDIMENTO.....	630
34.11 ESTRUTURA	630
34.12 MODELO DE AÇÃO ANULATÓRIA	630
BIBLIOGRAFIA	633